

PESQUISA QUALITATIVA EM SAÚDE

Ceres Gomes Víctora

Daniela Riva Knauth

Maria de Nazareth Agra Hassen

Uma introdução ao tema



TOMO

Editorial

Filosofia da Ciência como Apoio à Compreensão da Finalidade da Pesquisa Científica



Não existe pensamento filosófico ou científico sem direito de errar.
Roberto Romano

2.1 Teoria do conhecimento

A teoria do conhecimento, ou gnosiológia (no grego, *gnosis* equivale a conhecimento, sabedoria), é um dos ramos da filosofia e trata da investigação acerca das condições do conhecimento, isto é, como se origina o conhecimento, como ele é processado (como os dados se transformam em juízos a respeito das coisas), quais são seus limites e em que condições é engendrado. Assim é que podemos dizer que, na teoria do conhecimento, o objeto de conhecimento é o próprio conhecimento. Há uma variedade de teorias acerca da gênese e desenvolvimento do conhecer quase que tão grande quanto o número de teóricos do tema.

Numa tentativa de simplificação, pode-se reconhecer os dois veios principais de concepções a respeito do conhecimento, os quais darão vazão a muitas variações. Para Platão, o verdadeiro conhecimento não nos chega através da experiência dos sentidos, do mundo sensível, concreto. Para ele, o que há é a *Idéia*, sendo que os fenômenos da natureza não passam de meros reflexos das idéias. Para Aristóteles, ao contrário, a fonte de todo conhecimento é o mundo empírico que apreendemos através das informações a que temos acesso por meio dos nossos sentidos.

Grosseiramente, podemos traçar a tradição de pensamento que decorre destes dois veios, um racionalista/idealista e outro empiricista. No primeiro caso, inclui-se o inatismo, isto é, a concepção segundo a qual somos dotados de algum tipo de aparato mental, o qual é o responsável pela nossa produção de conhecimento. Já os empiricistas concebem a mente humana como uma tábua rasa, isto é, para eles, nascemos vazios de qualquer conhecimento e o vamos adquirindo na medida em que temos experiências no mundo sensível que vão sendo gravadas nesta matriz.

Assim, teoriza-se o conhecimento de diferentes formas. Alguns, na tradição mais racionalista, fazendo predominar os processos mentais, da razão, da idéia, preconizam que a fonte de conhecimento é a razão humana. Filiam-se a

mos teré a de que, ao pensar, estamos pensando. E, ao estar pensando, é certo que existimos, pois seria impossível pensar sem existir. Daí, o bordão: *penso, logo existo*, a certeza fundante de toda “verdade”.

Já os ingleses Locke e Hume serão críticos da idéia do inatismo (acreditar que já nascemos com idéias inatas). Para eles, a mente antes de passar por alguma experiência é o vazio total, está em um estado de completa indeterminação. As impressões dos sentidos vão se depositando na tábua rasa, e os processos mentais que atuam sobre tais impressões permitem chegar a conceitos e idéias gerais. (Estamos aqui falando do método indutivo, o que diferencia o empirismo inglês do aristotelismo, esse último deductivo. Dentro os que proclamam a supremacia dos sentidos sobre a razão, há os que defendem o método deductivo e os que preconizam o método indutivo).

Kant tenta conciliar as duas possibilidades, ao defender que tanto os sentidos quanto a razão são importantes na construção do conhecimento. Ele propõe que o conhecimento resulta da síntese entre experiência e conceitos. Deve-mos, segundo ele, todo o nosso conhecimento às impressões que nos chegam através dos sentidos, mas somos dotados (vimos ao mundo com determinados aparatos) de pressupostos importantes para *processar* esse conhecimento. Somos dotados de formas de sensibilidades que nascem conosco, que são as noções de *tempo* e de *espaço*. Assim, de forma automática, colocamos todos os eventos que experimentamos dentro dessas categorias. Entendemos que tudo o que ocorre acontece dentro das coordenadas do tempo e do espaço. Essa noção não nos é dada pelos sentidos, ela prescinde dos sentidos.

Além de colocar tudo dentro de espaço/tempo, ainda temos consosco a noção de *causalidade*, isto é, entendemos que tudo tem uma causa e, sempre que diante de um fenômeno, atentarmos para as suas causas.* Para Kant, o entendimento possui as *regras* do conhecer de forma *a priori*, isto é, antes de tudo. Mas o entendimento não possui de forma *a priori* os *conteúdos*. Esses virão pela experiência no mundo, pela sensação e pela percepção. Kant dirá que o conhecimento não provém dos sentidos, mas não existe conhecimento que não venha através dos sentidos. Os conteúdos vindos através da experiência, de fora, são recolhidos pela sensação e pela percepção. Uma vez submetidos às regras *a priori* do conhecer, transformam-se em juízos, em conhecimento.

O positivismo recomenda o caminho do lixo para toda a metafísica. Preocupações como as causas finais dos eventos, a origens últimas das coisas não

Racionalismo

Empirismo

Todo conhecimento provém da experiência.

Não existem idéias inatas, a mente é como uma tábua rasa.

Conhecimento *a posteriori*.

considerados racionalistas:

- Aristóteles (384-322 a.C.)
- Locke (1632-1704)
- Berkeley (1685-1753)
- Hume (1711-1776)

Corrente de pensamento ligada ao empirismo:

Positivismo (Filosofia de Augusto Conte, séc XIX, com ênfase no método empírico: investigação da natureza por meio da observação, experiência, experimentos.)

mos teré a de que, ao pensar, estamos pensando, como Descartes, Leibniz e os iluministas, em geral. Numa tradição empirista, isto é, que a fonte do conhecimento são as impressões dos sentidos, na aristotélica, são Locke, Berkeley e Hume e os positivistas. Neste caso, aga-se a natureza por meio dos sentidos, pela observação, pelo primado da experiência, do experimento.

Teríamos:

Racionalismo

Empirismo

Todo conhecimento provém da experiência.

Não existem idéias inatas, a mente é como uma tábua rasa.

Conhecimento *a posteriori*.

considerados racionalistas:

- Aristóteles (384-322 a.C.)
- Locke (1632-1704)
- Berkeley (1685-1753)
- Hume (1711-1776)

Corrente de pensamento ligada ao empirismo:

Positivismo (Filosofia de Augusto Conte, séc XIX, com ênfase no método empírico: investigação da natureza por meio da observação, experiência, experimentos.)

scartes é um racionalista radical, assim como Hume é um empirista. Para o primeiro, o ponto de partida é o pensar. O pensar é a base do conhecimento, pois as sensações devem ser excluídas da base do conhecimento, uma vez que, segundo constata, o mundo sensível é preenchido com a realidade, as *ilusões dos sentidos*. A única certeza que pode-

* Gaarder (1995) formula uma boa imagem para demonstrar que os seres humanos são dotados da noção de causalidade. Diz ele que, se uma bola cai na frente de um gato, este dispara atros da bola, por não ser privado da noção de causa, ao passo que se o mesmo nos sucede, nossa reação é olhar em volta para ver de onde veio a bola.

crie do seu repertório. Positivistas consideram anticientíficos todos os que não sejam da ordem do experimento. Só o que pode ser oriundo dação e da experiência faz parte do mundo científico. Apenas os fatos e gregos podem ser objeto de pesquisa. O método científico é empírico (não experimental) e há a crença na neutralidade da ciência. O melhor ponto é aquele que foi procedido sem qualquer interferência do pesquisando então se teria acesso ao objeto puro. Voltaremos a esse tópico porque ele merece maiores considerações.

Sofia da ciência

Implicações filosóficas da ciência merecem ser analisadas não só pelo que produzem, mas também porque a ciência pode se alimentar dos resultados da análise filosófica. Dentro os temas da ciência passíveis de estudo, a, estudam-se os conceitos, os pressupostos, os axiomas, os fundamentos, a questão da verificação, da refutação. Estuda-se o comportamento da comunidade científica diante das descobertas, etc. classificação bruta da ciência a dividiria em ciências empíricas (fai-ências não empíricas (formais). As ciências ditas *formais*, das quais lógica e a matemática são representativas, têm como característica a existência, da demonstração, que é completa e final, definitiva. O seu verênciam, o que é possível porque elas não se ocupam de fatos. Seus enunciados envolvem relações entre signos, entes ideais, abstratos. As ciências não dependem da natureza, da humanidade e suas inconsistâncias. Com a mobilidade, com as alterações que o tempo carrega e que move as ciências sociais.

Ciências empíricas se debruçam sobre as ocorrências no mundo. Seus são aceitáveis quando apresentam evidência empírica, isto é, podem ser obtidos na vida experimental. Para se porem à prova, tais enunciados submetidos à observação ou à experimentação. Trata-se aqui das naturais (como a física, química, biologia) ou das ciências sociais (economia, antropologia, etc.). A coerência dos postulados é necessária, insuficiente. As hipóteses são *provisórias*, pois sua verificação é parcial, setorial e, portanto, temporária. Essa diferenciação nos inter-

ressa para podermos ir mapeando o campo de conhecimento que nos importa, no sentido de inmos “limpando terreno” em relação ao nosso campo de pesquisa. No passado, os gregos já identificaram uma diferença entre a opinião (*doxa*) e a ciência (*episteme*). Podemos chamar a primeira de *senso comum*, ou seja, aquele conhecimento cujo critério de distinção é o conhecimento acrítico, ele não se apresenta a partir de um rigor lógico, faz parte do campo das crenças, por isso dizer-se que é crédulo, pois se baseia na superficialidade/aparência do fenômeno. Já a ciência (que se origina da noção grega de *episteme* depois que lhe é acrescida a idéia do método) lida com critérios, tais como coerência, consistência, originalidade e objetividade, intersubjetividade, divulgação.

Além da *doxa* e da *episteme*, existe ainda a *ideologia*. Esta pode chegar à falsificação dos postulados, pois freqüentemente é alimentada por interesses. Sob a capa de descrição de uma determinada realidade, está na verdade a prescrição. Há, por trás daquilo que se mostra como verdade um objetivo de convencimento, tanto é que no lugar de critérios apresenta-se o caráter justificador dos enunciados. O importante a destacar nessas distinções (senso comum/ ciência/ideologia), é que, em toda produção científica, há a presença de homens, e homens não estão imunes à opinião e ao interesse (Demo, 1985).

Em relação ao objeto, é preciso o que se tenha claro que todo objeto é construído. O objeto científico não é dado pelas condições objetivas tão somente. Ele é dado a partir da experiência que o sujeito establece com ele/objeto. Logo, a ciência trabalha com realidade construída. Por aqui, já se vê que o pressuposto positivista de que a realidade é objetiva cai por terra. Estamos propondo que não há objeto na realidade, a menos que a mente humana reconheça, conceba e proponha um objeto. Na tradição kantiana de pensamento, o real permanece inatingível; sempre o que temos é o real “para mim”, o real tal como se apresenta à minha mente e não a coisa em si.

Daí o surgimento de uma definição de ciência, segundo a qual ela é *um* dos modos possíveis de se ver a realidade. A religião pode ser outro modo. Mesmo no campo da ciência, a realidade é um todo complexo, impossível de ser acessado de forma única ou por meio de uma única ciência. O que as ciências fazem é recortar este todo que é a realidade e analisar por partes, por métodos e por objetos diferenciados.

A objetividade, isto é, a tomada do objeto da ciência desvinculado de quaisquer influências extra-objeto é um ideal inalcançável. A corrente positivista tentou impor a objetivação como critério de demarcação científica, e as influências deste pensamento chegaram até nossos dias. Não é raro deparamos com a idéia de que a “verdadeira ciência é neutra” ou “objetiva”.

É preciso fazer a diferença entre objetividade, que é a concentração exclusiva no objeto e o ideal da objetivação, que é o esforço para conter a influên-

subjetividade no objeto, este último uma metá do cientista consciente (Vargas, 1985). No entanto, aceita-se que a influência do observador no fenômeno condição insuperável, até porque o próprio fato de existir um observador no fenômeno observado e conseguiu inclusive medir o influenciado que nunca será zero. E isto na física. Desta forma, podemos dizer, ao contexto do objeto de pesquisa, pertence também o observador. Uma nova e revolucionária característica reconhecida da ciência, isto é, o científico é sempre perspectivista. Com o advento da antropologia, filosofia e da economia, a lógica dialética, que não parecia tão evidente no desenvolvimento das ciências da natureza, tornou-se presente nas ciências da característica perspectivista, que já é uma imposição nos tempos atuais e os ideais da herança positivista na ciência, cujo alicerce máximo é o método estava calcado na objetividade do mundo físico. Apesar disso, encontramos no nosso meio reações a esta postura. Tanto é que desde o livro do teórico Paul Feyrabend ainda hoje causa desconforto: *Contra todo*.

Para chegar a esse ponto, precisamos conhecer a existência de um marco na filosofia da ciência contemporânea. Trata-se das teses de Popper e de Thomas Kuhn, respectivamente *A Lógica da Descoberta Científica* e *A Estrutura das Revoluções Científicas*. Há que se destacar suas proposições a idéia de que o progresso da ciência não é cumulativo, ou existe uma linearidade de conhecimentos que vão se acumulando, e culminando num novo postulado científico. Ambos enfatizam o revolucionário pelo qual uma teoria mais antiga é rejeitada e substituída por uma nova teoria, incompatível com a anterior. Kuhn analisará, assim, os momentos destacados do desenvolvimento científico, sobretudo osudos a Copérnico, Newton, Lavoisier e Einstein. A ciência progrediu, aos saltos.

Uma das divergências separam a seguir os dois teóricos da filosofia da ciência e reconhece como legítimos dois tipos de ciência: a ciência normal e a monária; a primeira se refere à ciência praticada pelos cientistas sob um sistema. É a ciência que está presente nos manuais e que os cientistas praticam, os fenômenos e teorias fornecidos pelo paradigma. A ciência não se propõe a descobrir novidades. No entanto, todo este contingente é aplicados em suas pesquisas acaba por encontrar dados que não se enquadram com o paradigma. No princípio, esses devem ser desprezados. Porém, les se avolumam, sucede de se criar uma situação em que reconhecidamente o paradigma não mais dá conta de explicar os fenômenos. Trata-se do que

Kuhn chamará de *crise*, momento em que a anomalia se avoluma em importâncias e não mais pode ser desconhecida. Neste caso, os cientistas precisam que um novo paradigma substitua aquele que não mais satisfaz a comunidade. Kuhn observa que, em geral, um novo paradigma emerge antes que uma crise esteja bem desenvolvida ou tenha sido explicitamente reconhecida.

Aqui adentramos no que ele chama de *ciência revolucionária*, do cientista que propõe o paradigma que substitui o anterior e que não lhe é compatível. Popper despreza aquilo que Kuhn descreve como ciência normal. Diz que o cientista não revolucionário, não crítico é aquele que aceita o dogma dominante do dia, que não deseja contestá-la, quando ela passa a estar na moda, como uma candidatura antecipadamente vitoriosa a que todos, ou quase todos aderem" (Popper, 1969, p. 4). Ele prossegue com a crítica ao cientista normal, que pode ser chamado de cientista aplicado, tachando-o de dogmático. Aprendeua uma técnica que se pode aplicar sem que seja preciso perguntar a razão pela qual pode ser aplicada. Para Popper, a única ciência é aquela descrita por Kuhn como revolucionária. A discussão entre ambos é mais extensa e seguramente mais profunda do que esta aqui mostrada, no entanto, destacarei esta parte devido ao objetivo específico neste livro, qual seja alertar para a importância do espírito aberto, não dogmático, de todos os que queiram ser pesquisadores.

Adotar uma teoria dentre as unanimemente aceitas ou vigentes e buscar os dados que a confirmem no seu universo de pesquisa tem sido uma fórmula bastante adotada, sobretudo entre os estudantes quando confrontados com a necessidade de apresentar uma "pesquisa empírica", seja em trabalhos de conclusão de curso ou pós-graduações. Por outro lado, uma fórmula complementar, isto é, pesquisar algum grupo de interesse e acomodar seus achados a essas mesmas teorias vigentes para obter um trabalho bem "fechadinho", certo, é outra forma mediocre de comportamento no campo da "ciência". Não que a culpa seja desses estudantes ou pesquisadores: sucede que a imposição de uma investigação traz esse risco no seu bojo.

Uma possibilidade de contornar esse problema seria a discussão aberta sobre esse tema, com lançamento de outras opções alternativas à pesquisa, tal como o estudo teórico. Outra possibilidade (essa não tão imediata) é a de se formar, nos estudantes, desde cedo, o verdadeiro espírito científico, não dogmático, crítico, flexível e ousado. Essa talvez uma boa contribuição da filosofia da ciência a candidatos a cientistas e que está intimamente relacionada à idéia contida na epígrafe deste capítulo.

Em *Contra o Método*, Feyerabend apresenta uma proposta de "anarquismo epistemológico", embora afirme que é mais uma busca de abertura crítica do que propriamente anarquismo. Ele se coloca contra a obediência a

Metodologias Qualitativa e Quantitativa

39

ixas e universais, preconizando que essas levam a uma ciência imposta por forças de ideologias fechadas, “dómas da verdade”. Segundo Feyerabend, a ciência pode haver um saber até mais adequado, o que recomendação de todos os métodos e o recurso a todas as ideias aproveitáveis que um conhecimento aproximado da realidade. Já que todas as metodologias têm limitações, então vale tudo: o cientista deve ser criativo e desprovido de conceitos ao adotar as mais variadas metodologias. As violações são *virtuosas para o progresso*, dirá a certo momento.

Feyerabend tira a ciência de seu pedestal de superioridade em relação a outras formas de conhecimento do mundo. A ciência – continua – contém erros, que são “pré-condições” do progresso. A ignorância pode ser “avançamento”, pois é da inseurança que surge a necessidade de inovar. A ideia de que falava Kuhn, ou a única ciência para Popper, só pode ser um cientista com a mentalidade descrita por Feyerabend.

3.1 Introdução

O ponto de partida para a compreensão do que é conhecido como metodologia qualitativa de pesquisa está no entendimento de que uma metodologia é muito mais do que um conjunto de técnicas de pesquisa.

Conforme evidenciado no capítulo anterior, o mundo real não se apresenta como uma totalidade, mas como um *recorte* que fazemos da totalidade. Esse recorte é concebido a partir do ponto de vista de onde nos encontramos e dos pressupostos que trazemos consigo, o que nos possibilita experimentar e avaliar a totalidade no nosso cotidiano. No caso de um cientista que visa pesquisar uma realidade, além do ponto de vista e dos pressupostos, é necessário todo um instrumental que possibilite a pesquisa. Esse instrumental não é apenas material, mas também um conhecimento sobre como operar o material, o que perceber, o que fazer com os resultados, entre outras coisas. Um leigo que nunca observou uma lâmina num microscópio não consegue identificar nela qualquer elemento. Para que seja possível perceber os elementos contidos na lâmina e aplicar a elas qualquer sentido, é necessário, além de saber operar um microscópio, treinar o olhar para o que se “deve” ou “não deve” enxergar e, principalmente, dominar uma série de conceitos que dêem sentido à observação (Pelto e Pelto, 1987).

Assim sendo, pode-se afirmar que cada tipo de metodologia traz consigo um conjunto de pressupostos sobre a realidade, bem como um instrumental, composto por uma série de conceitos, pelo treinamento do olhar e por técnicas de observação da realidade.

Os pressupostos sobre a realidade são basicamente respostas para questões do tipo: como a realidade se organiza, quais as forças que a compõem, de que consiste o normal nessa realidade, que tipo de ser a habita. As respostas para essas e outras perguntas compõem uma *teoria* sobre

Pedro. *Metodologia científica em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas, 1985.

Este texto trata exaustivamente das questões sobre metodologia e sua relação com as Ciências, discutindo as diferentes concepções de pesquisa. Apresentando a pesquisa como uma disciplina instrumental a serviço da pesquisa, diz que a metodologia estuda teorias, mas o seu modo de armazém. Ou seja, para que uma pesquisa sucedida, é preciso que o pesquisador domine teoria e técnicas, sendo que, de cada uma delas e de suas subdivisões, há posturas valorativas. Da escolha à forma de abordá-lo, o subjetivismo está atuando. São escolhas que fazemos que as fundamentemos, estaremos é justificando o que, na verdade, é uma realidade e objetividade são, às vezes, lomadas como sinônimos, embora *never* seja uma noção relacionada à perspectiva do sujeito e *objetividade* seja uma noção relacionada à perspectiva do objeto. De qualquer modo, ambas significam a possibilidade de ler a realidade tal como é (e não como se apresenta). Em ambos os casos, falamos que o objeto se impõe ao pesquisador. E neste caso, não teríamos o construído. Ora, precisamente a construção do objeto é uma das partes mais elaboradas e importantes da pesquisa em ciências sociais. Entre outras razões, essa é uma das que sustentam a impossibilidade da adoção do princípio da validade em pesquisa social.

Bibliografia Referida

- FEYERABEND, Paul. *Contra o método*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- FEYERABEND, Paul. *O mundo de Sofia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- GERHARD, Jostein. *O mundo de Sofia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOMBERG, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- JOSEPHSON, Imre. *Historia de la ciencia y sus reconstrucciones racionales*. Madrid: Ed. Icaria, 1987.
- KARL, Karl. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix, 1969.